

O Brasil e suas naturezas possíveis (1930-1945)

por

Natascha Stefania Carvalho De Ostos*

Universidade Federal de Minas Gerais - Brasil

Este artículo tiene como objetivo analizar los discursos de la sociedad civil y del Estado sobre el territorio brasileño, a lo largo de la llamada Era Vargas (1930-1945). Tales discursos, publicados en varias revistas de la época, creían que el mundo natural, en sus diversas partes, representaba la máxima expresión de un territorio lleno de riquezas, que, si administrado de forma racional, sería capaz de desarrollar las fuerzas de producción del país. El gran dilema que impregnó los debates sobre el tema, fue: cómo asegurar la protección de la naturaleza, patrimonio que no tiene precio, y al mismo tiempo promover el desarrollo económico, que dependía, según la opinión predominante, de la explotación generalizada de los recursos naturales.

PALABRAS CLAVE: *territorio; naturaleza; economía; patrimonio; Era Vargas.*

Desde o início do século XX pensadores e cientistas brasileiros já externalizavam preocupação em relação ao aproveitamento dos recursos naturais do país, questionando a racionalidade empregada na extração das matérias

* Doutoranda em História pelo Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Minas Gerais - UFMG. Bolsista/Apoio Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - CAPES. O presente artigo faz parte da minha dissertação de mestrado defendida no referido departamento no ano de 2009 com o apoio da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais, FAPEMIG, sob o título: *Terra Adorada, Mãe Gentil: representações do feminino e da natureza no Brasil da Era Vargas (1930-1945)*. Agradeço as inestimáveis contribuições de: Dra. Regina Horta Duarte, orientadora, professora titular do Departamento de História da Universidade Federal de Minas Gerais, e da banca examinadora, composta pelas professoras Dra. Eliana Regina de Freitas Dutra (UFMG) e Dra. Regina Beatriz Guimarães Neto (UFPE). Agradeço ainda à FAPEMIG, cujo suporte financeiro tornou possível esta pesquisa, e ao grupo de pesquisa *Coleção Brasileira - Escritos e Leituras da Nação*, pelos frutíferos debates. E-mail: nataschaostos@hotmail.com.

primas e apontando para a possibilidade de esgotamento, e extinção, de espécies vegetais e animais. Alberto Torres, importante intelectual brasileiro, figurava entre aqueles que criticavam a imprevidência do governo e dos homens de negócios, muitos dos quais estrangeiros, que utilizavam as riquezas naturais do país com irresponsabilidade, «desbaratando-as [...] com as nossas audaciosas devastações». Era necessário resgatar esse patrimônio nacional da sanha do capital externo e dos indivíduos mercenários, garantindo a conservação das «reservas destinadas às gerações futuras, e defender as que estão em produção», pois «esgotando a terra, deixamos, também, de formar a nação»¹.

Os discursos em torno da necessidade de se proteger a natureza², promovendo uma exploração mais racional dos seus recursos, coincidiam com os ideais nacionalistas que tomavam força no país a partir das primeiras décadas do século XX. O extermínio das florestas e dos animais, a poluição das águas e o esgotamento dos solos, não significavam, apenas, a destruição do potencial econômico do Brasil, mas, também, um atentado contra a própria «brasilidade», já que muitas das espécies ameaçadas, e das paisagens destruídas, definiam a existência de algo único em todo o mundo, marca de uma identidade nacional em construção; além disso, segundo muitos intelectuais, era preciso considerar o valor científico dos espécimes em perigo, que deveriam ser protegidos para estudos futuros. Era opinião quase unânime entre os defensores da fauna e da flora do país que, na vigência de um Estado liberal, observador distante da ação dos indivíduos, muitos elementos da natureza brasileira estariam irremediavelmente perdidos, já que, na ausência de um governo forte, capaz de constranger e limitar a ambição dos exploradores, prevaleceria a lógica do interesse privado e a ignorância da-

¹ *O problema nacional brasileiro - introdução a um programa de organização nacional*, 1978: 12, 17, 21.

² As relações construídas, ao longo do tempo, entre as sociedades humanas e o mundo natural têm sido privilegiadas pelo surgimento de vários estudos produzidos no campo da História Ambiental. Essa vertente de pesquisa investiga as percepções que orientam as interações entre os seres humanos e a natureza, questionando, por exemplo, a pretensa oposição existente entre a sociedade e o meio natural. Nos desafios colocados pela natureza, na dinâmica do corpo social, nas disputas, mobilizações e conflitos cotidianos, os diversos povos desenvolveram maneiras distintas de agir perante o mundo. Assim, os pesquisadores abandonaram uma noção monolítica acerca da natureza, privilegiando o estudo das várias idéias que os agentes históricos construíram sobre o mundo natural, idéias essas forjadas em temporalidades e culturas específicas. As pesquisas atuais tendem a afirmar que a natureza não comporta um sentido único, e sim muitos, produzidos no próprio devir histórico, pelas diferentes sociedades: Cronon, 1996. Horta Duarte, 2005: 78-88.

queles que devastavam sem compreender as conseqüências negativas dos seus atos³.

Porém, as discussões em torno do aproveitamento dos recursos, do saneamento do território e da preservação do meio natural ultrapassavam o ambiente acadêmico, mobilizando parte significativa da elite nacional e ocupando espaço na imprensa através de artigos, editoriais e ensaios que expressavam perspectivas e pontos de vista diversos. Trataremos de explicitar, neste artigo, alguns dos posicionamentos sobre o tema no Brasil, procurando evidenciar como a natureza assumiu sentidos diferentes, por vezes conflitantes, no período de 1930 a 1945. Apresentaremos, inicialmente, um panorama dos debates na sociedade para, em seguida, analisar como o Estado deu vazão às muitas demandas existentes sobre o assunto, atendendo aos reclamos de diferentes grupos. Importa ressaltar dois aspectos; primeiro, que não pretendemos catalogar todas as visões existentes sobre a natureza naquele período; segundo, que privilegiamos as opiniões expressas, em sua maioria, na grande imprensa, que colocavam pontos de vista elitizados sobre a natureza, deixando de contemplar outras perspectivas existentes, como, por exemplo, aquelas relativas ao homem do campo e dos diversos grupos indígenas. O nosso intento é evidenciar como a natureza, desdobrada em seus diversos elementos, passou a ser considerada como expressão maior de um território nacional pleno de riquezas e possibilidades, extraordinária potência de vida que, se administrada racionalmente, em conjunto com a população (elemento humano), seria capaz de alavancar as forças produtivas da nação em direção ao crescimento econômico e à construção de outro Brasil, mais progressista e civilizado. Nesse sentido, o uso da expressão «território» evoca, nos textos analisados, além de uma questão de soberania, também uma realidade física, um meio geográfico, um substrato material que se multiplicava em rios, florestas, minerais, animais, diversos climas, relevos e solos, precisando apenas de uma ação humana esclarecida e diligente para corrigir seus problemas (como secas, pragas e inundações), aproveitar suas riquezas (como o ferro, a madeira e o ouro), sanear e agregar valor a suas regiões (drenando pântanos, construindo estradas, hidrelétricas, etc.).

Na disputa às eleições de 1930, Getúlio Vargas, político do sul do Brasil e candidato à presidência, despontava como uma figura sensível à configuração dessa nova dinâmica social. Derrotado no pleito pelas forças da situação, Vargas e seus aliados promovem um golpe, assumindo o poder em

³ Horta Duarte, v. 41 / 1 (Austin, 2006): 16, 17, 25.

outubro de 1930. A chamada Revolução de 1930 foi celebrada, pelos partícipes e simpatizantes do movimento, como uma possibilidade de recomeço, momento redentor capaz de conciliar as forças políticas em disputa, de modo a engendrar um novo pacto institucional, que contemplasse os diversos interesses em questão; impedindo, ao mesmo tempo, o avanço de movimentos mais viscerais, como aqueles encabeçados pelo operariado. O período de 1930 a 1945, conhecido no Brasil como Era Vargas, não deve ser interpretado de forma homogênea, apesar de apresentar alguns traços que podem ser considerados como marcas do período. O pensamento brasileiro dos anos 1930 se alicerçou em torno de três grandes eixos, que perduraram ao longo do período ditatorial do Estado Novo (1937-1945): o elitismo, o conservadorismo e o autoritarismo⁴. Assim, quando apontamos a presença de certas tendências na composição do período, isso não implica em desconsiderar as posições conflitantes que também integraram o cenário da época, já que, durante os 15 anos consecutivos que permaneceu no poder, Getúlio Vargas também assumiu posturas díspares, sendo obrigado a combater e/ou transigir com diversas forças políticas desejosas de imprimir outros rumos à nação. Na fase do governo provisório (de outubro 1930 a julho de 1934), Vargas adotou uma tônica mais reformista, com ênfase nas temáticas da justiça social e da reordenação dos direitos civis e políticos. De 1934 a outubro de 1937, Getúlio governou constitucionalmente, tentando equilibrar princípios e garantias liberais com valores autoritários. Do golpe de novembro de 1937 até outubro de 1945 vigorou o chamado Estado Novo, caracterizado por um autoritarismo explícito e pela forte regulamentação do Estado sobre a sociedade⁵.

O fato é que, com a Revolução de 1930, aqueles que clamavam por mudanças na maneira de lidar com a natureza (cientistas, intelectuais, profissionais liberais, fazendeiros, industriais) viram a oportunidade de fazer valer suas idéias, disputando espaço no governo e intensificando o debate em torno das prioridades a serem adotadas pela administração central. O grande dilema era: como salvaguardar a natureza, patrimônio inestimável do país, e, ao mesmo tempo, promover o desenvolvimento econômico, que dependia, segundo a opinião predominante, da exploração em larga escala dos recursos naturais? A verdade é que esse dilema passou a existir na medida em que emergiam posições conflitantes; para os empreendedores, por exemplo, o foco do governo deveria ser o incentivo às atividades produtivas nacionais, criando infra-estrutura, leis, subsídios e financiamentos que possibilitassem o aprovei-

⁴ Lippi Oliveira, 1982: 15.

⁵ Diniz, 1999: 22-23.

tamento intensivo das riquezas do país. Nesse sentido, o fortalecimento do nacionalismo levava, não somente ao desejo de proteger a natureza, símbolo maior de «brasilidade», mas também à noção de que as riquezas deveriam ser exploradas por brasileiros, garantindo que os dividendos das atividades produtivas permanecessem no país, libertando o Brasil do jugo do capital estrangeiro, que esgotava com avidez os recursos naturais, sem compromisso algum com o futuro da pátria. Já para os cientistas (biólogos, naturalistas, geólogos, antropólogos, etc.) a prioridade do governo deveria ser a salvaguarda do conjunto natural, cuja beleza e diversidade precisava ser preservada para a fruição e a educação das gerações futuras⁶; além disso, a comunidade científica argumentava que, com a degradação do meio natural os prejuízos econômicos se multiplicariam, gerando desequilíbrio no regime das chuvas, seca de rios, empobrecimento dos solos e recorrência de pragas.

Cabe assinalar que essas duas posições, aparentemente opostas, nem sempre eram expressas como irreconciliáveis, pelo contrário; no mais das vezes o desejo de conservar a natureza também se relacionava a uma visão estratégica, que defendia a necessidade de uma exploração calculada e racional das riquezas naturais, de modo a possibilitar lucratividade a longo prazo, solucionando os problemas econômicos internos, daí que a utilização desmedida das reservas era tida como contrária ao interesse nacional. Contudo, na prática, era difícil implantar esse ponto de vista conciliador, já que a ânsia pelo lucro imediato, e a vontade de promover, rapidamente, a autonomia financeira do país, desestimulavam atitudes de comedimento no que toca ao uso das riquezas naturais.

NATUREZA: PATRIMÔNIO DE MUITOS SENTIDOS

A indignação diante do extermínio dos elementos naturais possuía diversas motivações, dentre elas a preocupação com a descaracterização estética das paisagens, levando articulistas a argumentar que «Não só os monumentos históricos, mas também as incomparáveis e infinitas belezas desta linda terra» precisavam ser defendidas «da ganância dos que ao interesse individual sacrificam todo esse esplendor»; caberia ao governo, «que, neste momento, dispõe de amplos poderes discricionários, os exerça, em benefício do nosso rico patrimônio de maravilhas», pondo termo à insensibilidade que gerava tamanho «desinteresse pela estética do meio externo»⁷. Advertências como

⁶ Horta Duarte, v. 11 / 1 (Rio de Janeiro, 2004): 33-56.

⁷ *Jornal do Brasil*, Pela Beleza do Brasil, Rio de Janeiro, 12 de março 1932: 5.

esta eram comuns e, apesar dos autores se demorarem na louvação romantizada das belezas naturais do país, eles costumavam ser bastante vagos no momento de apontar os perpetradores dessa destruição, nomeando-os, apenas, através de adjetivos, como: destruidores, ambiciosos, inescrupulosos, brutos e ignorantes.

As árvores, principalmente, eram objeto de atenção, dado que o seu extermínio era mais visível, impactando, imediatamente, a composição de um cenário, afugentando a avifauna, diminuindo as sombras e favorecendo a sensação de calor. Afigurava-se como incompreensível que os brasileiros, «dispondo de selvas opulentas e maravilhosas», não cuidassem dessa herança, ao contrário, «A dendrofobia tem sido o fulgor sinistro de nossa história, a coluna de fogo de nossa civilização»⁸. Era preciso favorecer o apego às árvores, «que nos trazem encantos à retina, gorjeios aos ouvidos, perfumes ao olfato e vida à nossa vida»⁹. No Brasil já se comemorava o Dia da Árvore desde 1902, mas somente a partir de 1925 o dia 21 de setembro tornou-se, oficialmente, a data destinada a essa festa. Como o mês de setembro também marcava a chegada da primavera, multiplicavam-se os festejos dedicados às árvores, dando lugar a uma intensa programação, que ocupava as escolas e as ruas, com o envolvimento de crianças, educadores e autoridades¹⁰. Diversos autores aproveitavam a data para discorrer sobre as qualidades das árvores e as atitudes dos homens para com elas, instaurando-se um clima de reflexão e de balanço sobre o estado da natureza no país; os comentários oscilavam entre a exaltação da beleza e da diversidade do meio natural, a posição privilegiada e orgulhosa do Brasil nesse aspecto e as lamentáveis atitudes de destruição e descaso dos cidadãos perante os elementos naturais.

Nas palavras do poeta Coelho Neto, «que fazemos nós de tão prodigiosas riquezas? O mesmo que faz do dote o filho pródigo da parábola»¹¹. O avanço do homem sobre a natureza se dava num ritmo frenético, deixando atrás de si terra arrasada, improdutiva, desvestida de plantas e animais, ambiente propício para a erosão, onde, por falta de predadores naturais, se desenvolviam pragas, favorecendo, também, a recorrência de outros flagelos, igualmente penosos, como secas e inundações. Nesse sentido o ser humano era o «cataclisma vivo [...] o troglodita inteligente; essa inteligência, que poderia ser o seu bem, é o seu mal, e, pior, o mal da terra que ele habita e na qual as outras

⁸ *Eu Sei Tudo*, O Semeador de Sombras, Rio de Janeiro, n. 176, janeiro de 1932.

⁹ *Jornal do Brasil*, Arborização das ruas, Rio de Janeiro, 06 março 1932: 13.

¹⁰ Horta Duarte; Carvalho Ostos, n. 22 (Bogotá, abril 2005): 75-77.

¹¹ *Jornal do Brasil*, À Matroca, Rio de Janeiro, 20 de março 1932: 5.

vidas se vão tornando impossíveis»¹². Os cientistas estavam dentre aqueles que mais se engajavam na luta pela preservação da natureza, como o botânico Alberto Sampaio¹³, que defendia, dentre outras idéias, a disseminação de conhecimentos científicos entre a população, com a implantação de «escolas práticas onde as crianças, aprendendo a lidar com as plantas e pequenos animais soltos, venham a constituir para o futuro a nova geração com a mentalidade reflorestadora [...] com o senso de proteção à natureza, resultante da Educação»¹⁴. A partir do Museu Nacional, instituto de pesquisa situado no Rio de Janeiro, os cientistas organizavam não somente estudos sobre o meio natural, mas também encabeçavam movimentos de conscientização acerca da importância da conservação da natureza e da necessidade de se instaurar um sistema mais racional de aproveitamento das riquezas do país; esses pesquisadores acreditavam, de modo geral, que somente um Estado forte e centralizador teria pulso firme e autoridade para intervir sobre a realidade nacional, não só no sentido de defender o patrimônio natural, como também de forma a cuidar do homem brasileiro, elevando-o de sua condição famélica e ignorante, transformando-o em um cidadão produtivo, saudável e um pouco mais esclarecido sobre seus deveres perante a sociedade e o meio natural que o abrigava¹⁵.

Porém, não só os grandes e renomados cientistas dedicavam seu tempo à reflexão sobre o estado da natureza brasileira e às técnicas de exploração empregadas na extração dos seus elementos. Por todo o país, inclusive no interior, estudiosos, professores e profissionais liberais de diversos ramos (agrônomos, geólogos, veterinários, dentre outros) discutiam os rumos das atividades produtivas nacionais e seus efeitos sobre o meio natural. A posição desses homens sobre o assunto ilustra bem o desejo predominante no período, o de encontrar uma solução conciliatória, que viabilizasse o crescimento econômico sem dilapidar a natureza. Como profissionais do mundo prático, esses indivíduos acreditavam, firmemente, no poder redentor da técnica que,

¹² Careta, Variações sobre variedades, Rio de Janeiro, n. 1232, 30 de janeiro 1932: 11.

¹³ Alberto Sampaio fundou, em 1931, a *Sociedade de Amigos das Árvores*, que figurava no rol das organizações que «denunciavam o desmatamento, propunham reformas nas técnicas agrícolas, defendiam a promulgação de uma lei florestal, distribuíam sementes e ministravam palestras. Esses tipos de pressão, aliados à capacidade de aconselhar e influenciar setores importantes da burocracia estatal, foram fundamentais na definição de ações governamentais em defesa do patrimônio natural»: De Andrade Franco; Drummond, n. 33 (Belo Horizonte, janeiro 2005): 131. Sobre o assunto ver também: Marotta Capanema, 2006.

¹⁴ *Revista Nacional de Educação*, Clubes de amigos da Natureza nas escolas primárias, Rio de Janeiro, outubro/novembro 1933: 45.

¹⁵ Horta Duarte, 2008, vol. 1: 317-346.

aliada a campanhas educativas a serem realizadas por todo o país, resolveria os problemas da devastação e da irracionalidade no uso das riquezas naturais. O certo era que a «proteção à natureza, com seus objetivos econômicos, estéticos ou sociais não significa, em absoluto, a proibição do aproveitamento de seus recursos econômicos, como parece a muitos apressados». Pelo contrário, «a exploração científica, racionalmente encaminhada no aproveitamento do que a Natureza nos oferece de útil à nossa vida, constitui, até mesmo, uma lei do progresso». Tamanha fé possuíam na necessidade do desenvolvimento econômico que a crítica desses homens raramente se voltava para os grandes empreendedores, fazendeiros que comandavam vastas plantações ou industriais que levavam a cabo atividades mineradoras em larga escala; o grande culpado pela situação de destruição da natureza era, muitas vezes, o camponês simples, de «mentalidade esbanjadora [...] tão bem exemplificada no indiferentismo com que o caboclo abate uma árvore para colher os seus frutos, ou joga por terra um majestoso jacarandá para apenas vazar o mel de uma abelha», sem contar a «indolência com que aprecia e até mesmo admira a ação devastadora de um fogo, ateadado por mero diletantismo ou por abominável descuido»¹⁶.

A revolta contra o uso impróprio dos recursos naturais não excluía a defesa inabalável das atividades produtivas, afinal «São Paulo não seria o primeiro Estado da União [...] se não tivesse substituído as densas florestas das suas terras roxas pelo café», e nem poderia o Brasil «reconhecido e proclamado o mais rico país de todo o universo em essências florestais - dizer aos nossos compradores de madeira que «as nossas exuberantes matas são para inglês ver, mas não para comprar»»¹⁷. O que se deveria combater era o uso irracional dos elementos naturais, mas não havia motivo para censurar as atividades tecnicamente orientadas, que davam lucro, resultando em dividendos para o país, como as plantações de café e a exploração manejada das matas. Nessa visão elitizada do problema da devastação, quem deveria receber medidas educativas e, se fosse o caso, punição, era o pequeno agricultor, ou o empregado da fazenda, e não os grandes empreendedores, que através de seus vultosos negócios contribuíam para o progresso do país.

Mas nem todos possuíam uma perspectiva tão negativa a respeito dos habitantes rurais e, mais do que acusar, preferiam se engajar numa cruzada redentora em benefício do esclarecimento das massas, incluindo aí desde o

¹⁶ *Ceres - revista bi-mensal de divulgação de ensinamentos teóricos e práticos sobre agricultura, veterinária e indústrias rurais*, Proteção à Natureza, Viçosa, novembro/dezembro de 1940: 237.

¹⁷ *Ibidem*: 238.

mais humilde campônio até o ilustre fazendeiro. Com tal intuito alguns expoentes da região de Viçosa, no estado de Minas Gerais, decidiram fundar a *Sociedade Amigos da Terra*, inspirada em uma associação congênere criada nos Estados Unidos, em 1940. A Sociedade brasileira, nascida em 1943, se dedicaria «à instrução do povo, quanto às maneiras de se conservar o solo, as águas e as matas» e tinha a pretensão de agir em «âmbito nacional». Prevalcia a opinião de que a população e o território integravam uma mesma realidade, precisando ser geridos em conjunto: «Nós, ao lado dos problemas da saúva, das secas e do melhoramento do homem, temos necessidade urgente de resolver o da conservação do Solo e das Matas». Essa frase expressa bem a consolidação de um pensamento pragmático, voltado para o cuidado simultâneo, e relacional, do homem e do meio, no qual a vida, compreendida como materialidade, era aquele elemento que interligava aspectos tão diversos (como as formigas, a falta de chuvas, o ser humano, o solo e as matas), equiparando-os como parte de um mesmo quadro, forjado em torno dos diversos processos de conservação e potencialização da vida, que precisavam ser resguardados, não somente para garantir a sobrevivência dos seres, como também para assegurar a produção daquele excedente tão caro às atividades econômicas. A *Sociedade Amigos da Terra*, por exemplo, deixou bem claro que as atividades de proteção à natureza tinham duplo objetivo, o primeiro dizia respeito a uma questão de sobrevivência, defendendo o «patrimônio nacional, que tem a sustentar gerações vindouras», já o segundo objetivo considerava o incremento da vida, aquele algo a mais, «conseguindo produções mais lucrativas»¹⁸.

Mesclada a essa abordagem prática da natureza e dos seus problemas, encontramos, em quase todos os discursos analisados, a tendência irresistível de cantar as belezas naturais do país, mesmo como intróito à situação de destruição e abandono do meio natural. O hábito de louvar os encantos naturais vinha de longa data, sendo bastante criticado a partir do fim da década de 1920 por diversos pensadores, indignados com o predomínio de uma visão romantizada a respeito da grandeza do país, que em nada ajudava a solucionar os desafios reais que se colocavam à nação; «Nesse estado de alma [...] não se encontra quase nunca o elemento histórico. É [...] sentimento de pátria mais geográfico do que histórico, de pátria que não foi feita pelo homem, que não foi construída»¹⁹. Na verdade, o que se repudiava não era tanto o apego ao mundo natural, e sim o esquecimento daquele outro elemento imprescindível,

¹⁸ Seiva - do Centro de Estudantes da Escola Superior de Agricultura, Sociedade Amigos da Terra, Viçosa, maio/junho de 1944: 7-8.

¹⁹ Nestor Duarte, *A ordem privada e a organização política nacional*, 1939: 235.

«o Homem do Brasil, sem o qual nada seria ainda a terra que Deus que lhe deu - a Terra do Brasil - apesar de rica, apesar de bela»²⁰.

Porém, apesar das críticas dirigidas aos ufanistas de plantão, pelo seu desconhecimento da realidade nacional e seu descaso pelo elemento humano, elas em nada diminuíram o gosto pela glorificação das maravilhas naturais; difícil encontrar algum discurso que, ao tratar do Brasil, não fizesse alusão à sua natureza exuberante, mesmo que de forma pontual. O certo é que se vivia em um período de resgate do orgulho nacional, de fortalecimento do sentimento patriótico, estimulado pela esperança no novo governo que se iniciava e alimentado por pensadores e movimentos sociais que instavam pela valorização das qualidades nativas. A natureza brasileira, incontestavelmente bela e rica, era a promessa da grandeza futura do país, afinal, onde mais se encontraria «céu, de um azul puro e sem mácula [...] solo fértil e fecundo, onde brotam quer ao norte quer ao sul majestosas florestas [...] cordilheiras imensas quase sempre cobertas de vegetação luxuriante»²¹? A contemplação dessa natureza exuberante despertava, geralmente, uma sensação de comunhão com o torrão natal, e essa admiração pelas maravilhas naturais era facilmente transferida para a nação, idéia-força a partir da qual os indivíduos podiam afirmar uma origem comum, identificar um espaço de pertencimento. Diante de cenários idílicos, como na apreciação da «sinfonia das águas», diz o autor, «toda a minha brasilidade vibrou e expandiu-se»²²; clara demonstração de como a observação embevecida da natureza podia conectar os cidadãos com uma imagem de nação grandiosa, potente, majestosa, projeção óbvia daquela paisagem magnífica que se estava a contemplar²³.

O orgulho dos brasileiros perante as belezas e riquezas naturais do país não passou despercebido a um viajante francês que visitou o Brasil no início

²⁰ *Jornal do Brasil*, A propósito da «Semana da Pátria», Rio de Janeiro, 08 de setembro 1937: 5.

²¹ *Jornal do Brasil*, Minha Terra, Rio de Janeiro, 06 de março 1932: 18.

²² *Eu Sei Tudo*, A maravilha do Rio Doce, Rio de Janeiro, n. 165, fevereiro de 1931: 22.

²³ Newton Bignotto (vol. 1, 2004: 128), ao discorrer sobre as bases que constituíram a identidade brasileira, explica que «na segurança do ciclo dos seres naturais nos sentimos à vontade. Se faltam heróis, sobram cores, montanhas para fornecer uma imagem com a qual nos deleitamos. É de identidade que estamos falando quando buscamos refúgio em belezas. [...] na impossibilidade de encontrar um acontecimento histórico reconhecido por todos como fundador de nossa identidade [...] acabamos nos dirigindo para a natureza e nos apegando à sua temporalidade cósmica como uma fonte de identificação e união. Somos brasileiros pela história, pela língua [...] mas é na natureza que buscamos a certeza de que em algum momento existiu um momento inaugural, um desejo de paraíso que nos torna capazes de falar de nós mesmos no singular, ainda que como ilusão».

da década de 1930. Louis Mouralis, no livro que escreveu a respeito de sua visita a essas plagas, registrou a impressão que «ao Brasileiro não falta patriotismo. Ao contrário, esse sentimento é, talvez, aquele que mais impacta o estrangeiro logo que ele penetra um pouco mais intimamente na vida do país; suas manifestações são numerosas e às vezes barulhentas». Mais adiante o autor afirma que «a alegria e o orgulho de ser Brasileiro são profundamente sentidos. Eles repousam sobre uma admiração amorosa da natureza tropical, de seu esplendor, de sua força, de sua generosidade» e, ainda, «sobre a segurança obscura de que ela envolve a vida humana de um charme que não se encontrará alhures». Detendo-se no assunto, e demonstrando certa ironia, o visitante francês completa que o patriotismo brasileiro repousava sobre «uma concepção mística [...] das riquezas incalculáveis que o país encerra e de um porvir prodigioso que lhe está, sem dúvida possível, reservado».

O autor faz questão de pontuar que esse tema era um dos «mais comuns nos discursos, nos jornais, nas conversações familiares»; o francês observa que os brasileiros «se desviam voluntariamente do estado atual e verdadeiro das coisas para repetir que o Brasil é um dos mais vastos países da terra, e que ele será um dia o primeiro; que centenas de milhões de homens viverão na abundância». Segue, então, uma descrição um tanto cômica das vantagens enunciadas pelos nacionais: «Minas encerra verdadeiras montanhas de ferro; que o Amazonas é o maior rio de todos, que os recursos em carvão branco fornecerão não sei quantos milhões de energia»; além do que «a vinha e o trigo podem dar tão bem quanto na Europa, o cacau melhor do que na África, a borracha e o arroz melhor do que na Ásia», sem contar «que o café de São Paulo é o melhor do mundo, que as pastagens permitirão um rebanho como jamais foi visto, etc...»²⁴. As observações do autor não deixam dúvida de quanto do orgulho patriótico estava depositado sobre a natureza, como ela acalentava sonhos de grandeza e esperança no futuro, diferencial que, na perspectiva dos brasileiros, valorizava o país frente às outras nações, mesmo as mais poderosas.

Contudo, se as belezas naturais eram apreciadas, era a natureza como «riqueza econômica», recurso, que despertava o interesse da maioria dos homens de então. Predominava a idéia de que «Há florestas de proteção, e há florestas que são indústrias»²⁵, sendo que, afora o dever de «impedir a devastação que transforma sítios amenos em charnechas estéreis», era

²⁴ *Un séjour aux États-Unis du Brésil - Impressions et réflexions*, 1934: 97 (tradução nossa).

²⁵ *Jornal do Brasil*, Os estudos florestais, Rio de Janeiro, 17 de junho 1937: 5.

preciso garantir o funcionamento da «indústria que, dentro dos seus moldes legítimos e naturais, poderá constituir uma das mais prósperas nos Estados onde as matas ainda se mostram fechadas e densas»²⁶. Note-se que, nesse caso, o autor diz que a exploração da madeira deveria ser empreendida em florestas nativas, naquelas localidades onde continuavam abundantes. De acordo com um comentarista da época, no ano de 1937 o Brasil «exportou mais de duzentas e sessenta e uma mil toneladas» de madeira, «quase sessenta a mais do que no ano anterior», sendo necessário, não apenas manter esse «ritmo ascendente», como também «imprimindo-lhe maior vigor»²⁷.

Assim, paralela à perspectiva da preservação da natureza, de orgulho e apego a sua grandeza, de valorização científica das espécies, atitudes essas que levaram à criação de parques nacionais e reservas, existia outra vertente de pensamento, fixada no aproveitamento econômico do «aço mesmo de suas entranhas [...] seu carvão e o seu petróleo», de modo a impulsionar o Brasil na «marcha ascensional do seu progresso»²⁸. Para os partidários dessa visão utilitarista dos elementos naturais caberia aos líderes do país, responsáveis pelo destino de milhões, «dominar a Natureza, vencendo-a, para que ela sirva ainda melhor os interesses humanos». Tratava-se de um embate a ser travado, de modo que a natureza aparece quase como uma inimiga a ser conquistada; «A exploração agrícola, mineral ou qualquer outra, prende-se a essa idéia de dominação do mundo pelo homem. Só assim, este alcançará o ponto mais alto de sua evolução natural»²⁹. Para além daqueles que realmente se preocupavam com o futuro das espécies ameaçadas e com a destruição das paisagens, podemos afirmar que a maior parte dos articulistas, quando instava a sociedade e o governo a zelar pelo patrimônio natural do país, o fazia tendo em vista uma motivação econômica. Importava ser pragmático, racional, calculista no momento de levar adiante as atividades exploratórias; o universo das paixões, da sofreguidão pelo lucro instantâneo, precisava dar lugar uma estratégia exploratória, submetendo-se à lógica da extração controlada dos recursos, visando uma lucratividade duradoura, porque planejada.

Apesar da existência de perspectivas discrepantes com relação à natureza, notamos que tanto aqueles que a consideravam como recurso econômico,

²⁶ *Jornal do Brasil*, As florestas e as derrubadas, Rio de Janeiro, 06 de outubro 1937: 5.

²⁷ *Jornal do Brasil*, As nossas madeiras, Rio de Janeiro, 02 de julho 1938: 5.

²⁸ *Fon Fon*, O dia do Presidente, Rio de Janeiro, 17 de abril 1943: 3.

²⁹ Alvimar Silva, *A Filosofia do Estado Novo*, 1939: 20.

quanto os que a valorizavam como espaço a ser protegido, compartilhavam a percepção de que a natureza era o maior patrimônio público brasileiro. Mesmo que esses grupos fossem inspirados por motivações e objetivos conflitantes, eles eram animados pelo desejo comum de garantir a continuidade no tempo da natureza, seja para sustentar as atividades econômicas futuras, seja para preservar a diversidade dos seres vivos existentes. O Estado foi chamado a regular o uso desse patrimônio natural, assumindo o papel de grande articulador de um projeto nacional conciliatório, que levasse em conta a pluralidade das demandas feitas pelos muitos segmentos sociais, privilegiando os diversos interesses na medida da importância política e econômica, e do prestígio social, de cada um.

O ESTADO E A PRIORIZAÇÃO DAS NATUREZAS POSSÍVEIS

Segundo Getúlio Vargas, para transformar o Brasil em potência econômica era preciso diversificar as atividades produtivas da nação, atentando para toda a «vastidão do seu território e imensas riquezas a explorar»³⁰, corrigindo a situação de abandono que vigorou até 1930. A incúria das administrações anteriores levou o país à incongruência de possuir «extensas faixas territoriais ubérrimas e saudáveis [...] completamente incultas e despovoadas», sem proveito das «condições do meio físico» e da «variedade de climas». Somente um governo forte, ágil e centralizador poderia reverter esse quadro de negligência, fazendo do território nacional «vasto campo de expansão econômica»³¹. Essa tendência centralizadora já aparecia na Constituição de 1934, que determinava o direito da União de legislar, privativamente, sobre «riquezas do subsolo, mineração, metalurgia, águas, energia hidroelétrica, florestas, caça e pesca e sua exploração». De acordo com a tendência nacionalista que se fortalecia no país e, certamente, diante da pressão dos homens de negócios brasileiros, estabeleceu-se que, para o aproveitamento das minas e das águas, «As autorizações ou concessões serão confiadas a brasileiros ou a empresas organizadas no Brasil», e que a lei regularia a «nacionalização progressiva das minas, jazidas minerais e quedas d'água ou outras fontes de energia hidráulica, julgadas básicas ou essenciais à defesa econômica ou militar do

³⁰ *A Nova Política do Brasil - Da Aliança Liberal às realizações do primeiro ano de Governo - 1930-1931, Vol. I*. 1938: 254.

³¹ Getúlio Vargas, *A Nova Política do Brasil - O ano de 1932, a Revolução e o Norte 1933, Vol. II*, 1938: 116-130.

país»³², dispositivos esses que foram mantidos, mais tarde, no texto da Constituição outorgada de 1937³³.

O governo Vargas tratou de regulamentar, ao máximo, todas as questões relativas à exploração dos recursos naturais, promulgando diversos Códigos, como o Florestal e o de Minas. Nesses dispositivos legais procurou-se chegar a um acordo entre os principais grupos sociais que possuíam pontos de vista diversos sobre a utilização da natureza, contemplando tanto medidas de proteção, bastante avançadas e, no papel, rigorosas, como também de incentivo à exploração dos recursos. A participação desses diferentes segmentos sociais no aparelho burocrático do Estado, alguns com formação mais científica e vinculados a institutos de pesquisa, outros adeptos de uma abordagem predominantemente técnica, voltada para o manejo das atividades produtivas, além daqueles diretamente vinculados aos interesses empresariais, resultou na criação de projetos, e medidas oficiais, de todo tipo, que ora garantiam a salvaguarda da natureza, ora privilegiavam o aproveitamento intensivo de suas riquezas. Veremos, inicialmente, como o governo deu vazão às demandas dos grupos desejosos de promover a proteção do patrimônio natural, preocupados com a alarmante degradação da vida, consubstanciada, não somente no ser humano, como também no meio ambiente e nas diversas espécies que o habitavam.

Após 1934, com a regulamentação do uso das florestas, teve início uma série de estudos, comandados a partir do Ministério da Agricultura, voltados para a criação de parques em todo o país. Segundo um membro da comissão designada pelo Presidente para «estudar a possibilidade e oportunidade de organização dos Parques Nacionais», esses espaços deveriam abranger «áreas mais ou menos extensas, compreendendo trechos de natureza virgem ou não, de fácil acesso, de topografia e paisagens interessantes, de proteção integral à flora, à fauna, às belezas naturais». Tais regiões «deverão ser destinadas exclusivamente a fins educativos e científicos e excepcionalmente a fim recreativo»³⁴; como resultado desse esforço foram criados, já na vigência do Estado Novo, três parques nacionais³⁵. Além disso, com a nova lei de proteção

³² *Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil*, 1935, artigos 5.º/ XIX/ J; 118 e 119: 8-64.

³³ *Constituição dos Estados Unidos do Brasil*, 1938, artigos 15/ XIV; 143 e 144: 9-39.

³⁴ *Boletim do Ministério da Agricultura*, Contribuição ao estudo do problema dos Parques Nacionais, Rio de Janeiro, julho/setembro 1936: 15-37.

³⁵ Decreto lei n. 1.713, de 14 de junho de 1937 - Cria o Parque Nacional de Itatiaia; Decreto lei n. 1.035, de 10 de janeiro de 1939 - Cria o Parque Nacional do Iguaçu; Decreto lei n. 1.822, de 30 de novembro de 1939 - Cria o Parque Nacional da Serra dos Órgãos. Segundo Drummond (1997), os parques nacionais criados no período seguiam uma geografia

do patrimônio histórico, ficavam «também sujeitos a tombamento os monumentos naturais, bem como os sítios e paisagens que importe conservar e proteger pela feição notável com que tenham sido dotados pela natureza ou agenciados pela indústria humana»³⁶.

Mas, a ambição dos cientistas, intelectuais e funcionários do governo que trabalhavam pela defesa da natureza ultrapassava, em muito, a implementação de uma tríade de parques nacionais, conquista inegável, mas que pouco significava em termos de área protegida quando se pensava na vastidão do território brasileiro. As grandes reservas nacionais deveriam servir de incentivo na «recente campanha pela criação de parques florestais nos municípios», de modo a espalhar por todo o país recantos de proteção, projetados com o apoio da Seção de Parques Nacionais, integrada ao Serviço Florestal³⁷. A criação dessas áreas de proteção objetivava, certamente, contribuir para a preservação da fauna e da flora local; porém, mesmo quando se tratava de zelar pela conservação dos elementos naturais, nunca se perdia de vista o ser humano, e o bem estar da população também era levado em conta no instante de definir as áreas de reserva: «Os parques florestais deverão ser, de preferência, localizados, nas bacias dos mananciais que fornecem água às cidades. [...] detalhe importante, sabido como é o efeito benéfico das florestas na manutenção das fontes». As soluções pragmáticas, capazes de resolver diversos problemas a partir de uma só medida, eram as mais apreciadas; assim, «instalados em terras reservadas pelas municipalidades», esses parques teriam por finalidade, além das já explicitadas, servir de repouso «da vida agitada dos centros urbanos [...] escola prática para a mocidade estudiosa; um campo de recreio e de demonstração aonde as crianças das nossas escolas públicas poderão familiarizar-se com a cultura das árvores», sem contar sua utilidade como «campo de experiência para os lavradores na escolha das espécies que melhor lhes convenham para o reflorestamento de suas terras»³⁸.

litorânea, privilegiando aquelas regiões mais alteradas pela ação humana, desdenhando as regiões remotas do interior.

³⁶ Decreto lei n. 25, de 30 de novembro de 1937 - Organiza a proteção do patrimônio histórico e artístico nacional, art. 1.º, parágrafo 2.º Disponível em: <www.senado.gov.br> Acesso em: 05 maio 2007.

³⁷ *Exposição ao Presidente da República. Relatório dos trabalhos realizados pelo Ministério da Agricultura no decorrer do ano de 1938*, Disponível em: <www.crl.edu> Center for research libraries - Brazilian government document digitization Project, acesso em: 10 maio 2007.

³⁸ *Boletim do Ministério da Agricultura*, Parques florestais em todos os municípios brasileiros, Rio de Janeiro, agosto 1943: 108-109. De acordo com esse informativo, «já estão em organização e devidamente aprovados 19 destes parques espalhados entre um número igual de municípios».

À luz da documentação pesquisada é possível intuir que a criação de apenas três parques nacionais, entre 1930 e 1945, tenha significado mais do que um mero fracasso das políticas de preservação. Os parques nacionais, pela sua grande área, exigiam uma estrutura maior, com consideráveis custos de manutenção, suportados, no caso, pela União. Parece lógico, portanto, que, ao invés de se investir mais recursos federais na criação dessas reservas, o governo tenha optado por incentivar a instalação de parques municipais, em terras cedidas pelas prefeituras, que se responsabilizariam, também, pelos gastos correntes. O Serviço Florestal daria o apoio técnico necessário, «orientará, através de sua Seção de Parques Nacionais, na feitura da reserva e sua conservação». A vantagem desses empreendimentos não estava na enormidade da área destinada a determinado parque local, compreensivelmente menor do que aquelas estabelecidas para seus congêneres nacionais, e sim na quantidade de reservas criadas que, somadas, poderiam representar um feito digno de nota. O certo é que essas reservas não constituíam um projeto marginal dentro dos planos elaborados para se garantir a preservação da natureza e o conforto da população, pelo contrário, tratava-se de uma campanha ambiciosa, na qual «O parque florestal municipal deve ser [...] a reserva-chave, cuja constituição, manutenção e cuidados competem aos operosos homens que chefiam [...] as mil e quinhentas municipalidades do país»³⁹.

Além dessas iniciativas, os integrantes do governo estavam preocupados com inúmeras outras questões relativas à salvaguarda da natureza. Os desafios a serem enfrentados abrangiam: «caçadores que têm tentado não entregar suas espingardas quando surpreendidos nas florestas do governo, aos infratores apanhados tirando madeira, retirando material de construção sem licença ou poluindo as águas dos mananciais captados»⁴⁰. No plano internacional, o governo brasileiro participou, em 1940, da *Convenção para a proteção da flora, da fauna e das belezas cênicas naturais dos países da América*, que ocorreu em Washington, Estados Unidos. Nesse documento os países signatários expressavam o desejo de proteger e conservar no seu «ambiente natural exemplares de todas as espécies e gênero de flora e fauna indígenas, incluindo aves migratórias, em número suficiente e em locais que sejam bastante extensos para que se evite, por todos os meios humanos, a sua extinção»⁴¹.

³⁹ *Boletim do Ministério da Agricultura*, Parques florestais municipais - necessidade dos parques, Rio de Janeiro, dezembro 1943: 48-50.

⁴⁰ *Boletim do Ministério da Agricultura*, A autoridade dos inspetores e guardas florestais, Rio de Janeiro, janeiro de 1944: 111-112.

⁴¹ *Convenção para a proteção da flora, da fauna e das belezas cênicas naturais dos países da América*, Disponível em: <www.senado.gov.br> Acesso em: 21 de setembro de 2007.

Além de definir expressamente o que se entendia por monumentos, reservas e outras áreas de proteção, a convenção proibia a alteração dos limites dos parques nacionais e a exploração comercial de suas riquezas sem autorização legislativa, estabelecendo medidas rígidas para a importação de espécies nativas e acordando que cada país signatário deveria incluir no documento uma «lista de espécies» a serem protegidas.

O Brasil enviou para Washington, em 1941, sua relação de espécies, elaborada pelo Conselho Nacional de Caça; dentre elas, algumas receberiam proteção apenas no período anual de defeso (como as onças suçuaranas, tatus, saracuras, inhambus, etc.), outras gozariam de proteção absoluta (guará, ariranha, anta, preguiça, ema, araras, papagaios, beija-flor, etc.). No que toca à flora, mereceriam proteção especial: pau-brasil, cedro, carnaúba, jenipapo, pau-ferro, palmito, ipê roxo, pinho do Paraná, além de outros exemplares⁴². Contudo, em que pese a aparente boa vontade do Estado brasileiro em participar dessas conversações, o que importa é que tal convenção só entrou em vigor no país no ano de 1965. O governo Vargas soube agradecer cientistas e intelectuais, certamente interessados em aderir a um documento desse calibre, enviando um representante, Glycon de Paiva Teixeira, e assinando a adesão ao acordo no ano de 1940. O que teria impedido a entrada em vigor dessa convenção ainda durante o governo Vargas? Obviamente não poderia ter sido pela inexistência de um Congresso Nacional operante no período de 1937 a 1945 (já que cabia ao legislativo federal sacramentar os compromissos internacionais), dado que ao longo da ditadura do Estado Novo nunca se teve esse tipo de prurido ético, e os decretos-lei eram editados em quantidade, sem qualquer restrição de matéria. A nossa hipótese é a de que existiam grupos contrários a esse tipo de acordo, temerosos de que as medidas ali estabelecidas pudessem prejudicar o desenvolvimento das atividades econômicas. Assim, ao aderir à convenção, o governo agradava o grupo preocupado com a proteção da natureza e, postergando a validade da mesma, garantia maior liberdade para a exploração dos recursos naturais, principalmente no que concerne à extração de madeira.

⁴² O Anexo da convenção está disponível em: <www.cemda.org.mx> Acesso em: 21 de setembro de 2007. E também em: <<http://www.ordenjuridico.gob.mx/TratInt/Ambiente/A16.pdf>>. Nesse caso, a lista com as espécies brasileiras aparece entre as pág. 12 e 20 do Pdf. Acesso em: 27 de janeiro de 2009. Na listagem elaborada pelo Brasil constam os nomes científicos e vulgares das espécies; e a confirmação de que o rol foi realmente elaborado durante o governo Vargas está no seguinte trecho: «Certifico que el documento preinserto es copia fiel del original transmitido a la Unión Panamericana por el Gobierno del Brasil, Washington, D. C., 17 de febrero de 1941. Pedro de Alba. Secretario del Consejo Directivo de La Unión Panamericana»: 15.

Enfim, o esforço empreendido pelos setores engajados na luta pela preservação da natureza foi genuíno, resultando na elaboração, e implantação, de projetos inéditos no Brasil. Contudo, a exemplo dos procedimentos envolvendo a entrada em vigor da *Convenção para a proteção da flora, da fauna e das belezas cênicas naturais dos países da América*, fica explícito que os obstáculos enfrentados ultrapassavam as pequenas disputas com os habitantes locais, atingindo os diferentes escalões do governo e os representantes dos grandes interesses econômicos. Em 1942 «certa estrada de ferro pleiteou a suspensão de vários artigos do Código Florestal [...] A pretensão foi convertida em anteprojeto de Decreto-lei abrangendo todas as ferrovias consumidoras de carvão», a pressão recrudescceu quando à demanda particular aderiu a «Coordenação da Mobilização Econômica», movimento vindo de dentro do próprio governo, sendo que «um terceiro e idêntico expediente [...] chegou ao Presidente da República». A *Seção de Proteção das Florestas*, do Ministério da Agricultura, se mobilizou e conseguiu manter a integridade do Código Florestal, dado que Vargas «não concedeu a solicitada suspensão»; e a pretensão da companhia, que ameaçava paralisar o transporte por falta de combustível, afetando «fundamente a Capital da República», não deixou de ser ironizada: «A estrada de ferro de onde partiu a iniciativa não parou o tráfego»⁴³. Do mesmo modo, entre os órgãos do governo e as instâncias federais, estaduais e municipais, existiam muitos conflitos quanto à definição das prioridades no uso dos recursos naturais. Enquanto o «Serviço de transportes a cargo do governo gaúcho» derrubava «matas e encostas de morros, sem licença da autoridade federal», o Delegado Florestal Regional embargava e autuava a operação, gerando, da parte das «autoridades da Secretaria de Obras Públicas do Estado [...] protesto contra a ação do Delegado Florestal, alegando que os entraves aos fornecimentos de produtos florestais» ocorria «em detrimento da coletividade»⁴⁴.

Apesar desse tipo de discordância ter sido comum, as contendas entre os setores governamentais, e as rixas entre alguns órgãos estatais e as empresas particulares, eram conduzidas de modo polido, sem a desqualificação dos perpetradores das infrações, mesmo se causadores de grandes danos ambientais. O tom das críticas mudava quando os autores das irregularidades eram de origem humilde, excluídos que estavam do pacto de civilidade e polidez que imperava entre as elites. Os culpados eram designados a partir de sua

⁴³ *Boletim do Ministério da Agricultura*, Não foram suspensos os dispositivos do Código Florestal, Rio de Janeiro, dezembro 1943: 125-126.

⁴⁴ *Boletim do Ministério da Agricultura*, Mais uma vitória da política florestal no Rio Grande do Sul, Rio de Janeiro, junho 1944: 108.

condição de não-brancos, estrangeiros e pobres, enfim, aquele «outro» a quem mais facilmente se atribui a responsabilidade pelas mazelas reinantes. Assim, se um grupo era apanhado «a derrubar matas e fazer carvão», mais sério se tornava o crime ao constatar-se que um dos contraventores é «um *pai de santo* muito temido naquelas redondezas, sobretudo por sua valentia e maus sentimentos»⁴⁵. Do mesmo modo, se uma região que outrora foi «coberta de uma flora abundante e prodigiosa [...] encontra-se hoje transformada, na sua maior área, em capões de vegetação fraca», a explicação está no fato de que tal recanto foi povoado «por imigrantes de origem italiana, ávidos na obtenção de fartura imediata e compensadora, nunca se detiveram na conservação da mata»⁴⁶. Na opinião de grande parte dos articuladores das políticas públicas de conservação era na «ignorância das camadas populares onde está a massa dos contraventores do Código Florestal»⁴⁷.

Tendo explicitado como o governo deu vazão às demandas sociais a favor da proteção da natureza, a partir da análise de alguns dos seus projetos, e dos desafios que os envolviam, passaremos à outra faceta da ação governamental, preocupada em amparar as atividades econômicas e alavancar os índices de produtividade do país através da exploração dos recursos naturais. Dentro dessa perspectiva todos os cabedais da terra brasileira precisavam ser revestidos de um sentido econômico; as regiões que de alguma forma não estavam integradas no sistema produtivo precisavam ser resgatas de sua «inutilidade», dado que o valor atribuído ao território dependia de sua capacidade de gerar lucro, critério definidor do «atraso» ou do «desenvolvimento» de determinada área⁴⁸. Tinha início, então, um projeto que aspirava congregar território e população, natureza e homem, dentro de uma espiral de crescimento conjunto. No que toca aos recursos naturais «cumpre, precipuamente: cuidar da produção, delimitando as zonas da ecologia [...] estabelecer

⁴⁵ *Boletim do Ministério da Agricultura*, Defendendo as matas da Gávea, Rio de Janeiro, novembro 1944: 170.

⁴⁶ *Idem*, As florestas do município de Caxias: 171.

⁴⁷ *Boletim do Ministério da Agricultura*, Guardas florestais da União, Rio de Janeiro, dezembro 1944: 138.

⁴⁸ De acordo com Gustavo Esteva (2000: 64-65), «O desenvolvimento não consegue se desassociar das palavras com as quais foi criado: crescimento, evolução, maturação. [...] A palavra sempre tem um sentido de mudança favorável, de um passo do simples para o complexo, do inferior para o superior, do pior para o melhor. Indica que estamos progredindo porque estamos avançando segundo uma lei universal necessária e inevitável, e na direção de uma meta desejável». Para os habitantes das regiões tidas como «atrasadas», a palavra *desenvolvimento* «é um lembrete daquilo que eles não são. Faz com que se lembrem de uma condição indesejável e indigna».

uma norma de ação definida, articulando esforços e coordenando todas as disponibilidades no sentido de dar ao progresso do país impulso constante e definitivo»⁴⁹.

O Estado passa a intervir, então, não para restringir ou impedir os processos econômicos, pelo contrário, suas ações objetivavam estabelecer regras de otimização, expandindo as atividades produtivas rumo ao máximo de eficácia, que é a racionalização dos métodos de exploração, impedindo que a depredação individualizada dos recursos terminasse por abortar o crescimento futuro do país. Os integrantes do governo estavam cientes de que o país dava início a uma nova era, de diversificação e modernização dos setores produtivos, alicerçados na necessária industrialização da nação. No passado recente, «Quando éramos um país [...] «essencialmente agrícola», não era tão danosa aos nossos interesses a distribuição empírica, anárquica, de enormes tratos do nosso território»; mas «quando sobreveio a era industrial e a terra se supervalorizou [...] foi mister cortar os abusos, traçar diretivas, impor condições, escolher pessoas». Assim, a definição de áreas de preservação e de exploração, a partilha do território em áreas «dentro» e «fora» dos empreendimentos econômicos, jogava a favor da eficiência, pois predeterminava quais seriam os usos legítimos do espaço nacional, esvaziando possíveis litígios sob o argumento da legalidade incontestada das atividades econômicas, e da existência de áreas próprias para a preservação da natureza. A regulamentação «disciplinou o uso da terra, e com essa disciplina fixou-lhe e aumentou-lhe o valor econômico, pondo lógica na ação do governo»⁵⁰.

Dada a diversidade da natureza brasileira, existia uma confiança absoluta de que através da exploração de suas potencialidades o país alcançaria um novo ciclo de fartura, afinal «Nossa terra tem tido através da história essa intuição admirável do que há de salvar seus destinos», de modo que «O Brasil do pau-brasil deu lugar ao da cana de açúcar; o da cana ao da mineração; o da mineração ao do café; e o do café finalmente ao da policultura, da era industrial, da siderurgia»⁵¹. A diferença com relação aos surtos econômicos do passado estava na visão de conjunto, e de longo prazo, que imperou durante a Era Vargas, no desejo de fomentar não apenas uma atividade específica, mas todas, de modo a tornar a nação uma força econômica cujo crescimento se sustentasse por muito tempo. Nenhum potencial deveria ser desperdiçado, relegado ao esquecimento e à improdutividade, cabendo ao governo o dever de estudar e organizar essas inúmeras possibilidades de riqueza, como mos-

⁴⁹ Vargas, 1940, vol. VII: 57,69,124.

⁵⁰ Vergara, 1944: 7-8.

⁵¹ Araújo, 1941: 44.

tram as seguintes medidas: «autorizou a pesquisa de petróleo em vários pontos do território nacional [...] criou o Instituto do Açúcar e do Alcool [...] criou a Diretoria Geral de Produção Mineral; criou o Instituto de Biologia Animal»; aprovando, ainda, os Códigos de Caça e Pesca, Florestal, de Minas e de Águas; criando o «Banco Nacional de Crédito Rural», dentre várias outras realizações⁵².

Enquanto os agentes do governo se preocupavam em aplicar toda a força da lei aos pequenos infratores⁵³, os grandes empreendimentos recebiam as benesses do apoio institucional, através de incentivos fiscais, fomento da pesquisa e concessão de linhas de crédito, como: «isenção de direitos de importação e taxas de expediente, durante o prazo de dez anos, para os materiais destinados à fabricação de celulose»; «concessão de favores às empresas que se fundarem no país para a fabricação de cimento com o emprego de matérias primas nacionais»; «permanência de favores aduaneiros a companhias, empresas e firmas que explorarem a mineração do ouro»; criação do Instituto Nacional do Pinho, destinado, dentre outras coisas, a «promover os meios de satisfazer os produtores, industriais e exportadores quanto às necessidades de crédito e financiamento»⁵⁴. No que toca às áreas florestais um dos objetivos era incentivar as «companhias que empregam o capital particular no reflorestamento de grandes extensões»⁵⁵. Que não pare dúvida, reflorestamento era sinônimo de plantações de eucalipto, já que esse replantio tinha finalidade «industrial e econômica», necessitando de árvores de rápido crescimento, «mui particularmente de eucaliptos»⁵⁶. Em São Paulo «mais de 100 milhões de eucaliptos foram plantados! Pernambuco e outros estados seguem o exem-

⁵² Vargas, 1938, vol. III: 225,226,227,228.

⁵³ Como no caso do inquérito policial instaurado contra «Euclides Galino, que foi surpreendido em exercício clandestino da caça em plena floresta da União [...] que pôde fugir pela mata afora, deixando uma caça»; e como no preparo diligente da expulsão de 83 «ocupantes ilegítimos de áreas de matas protetoras», que residiam no local há «mais de 20 anos». Respectivamente In: *Boletim do Ministério da Agricultura*, Processo policial contra um infrator das leis florestais, Rio de Janeiro, novembro 1944: 172; *Boletim do Ministério da Agricultura*, Retirando os intrusos das matas protetoras do Distrito Federal, Rio de Janeiro, junho 1944: 106.

⁵⁴ Respectivamente: Decreto n. 22.636, de 12 de abril de 1933; Decreto n. 21.829, de 14 de setembro de 1932; Decreto n. 21.494, de 8 de junho de 1932; Decreto-lei n. 3.124 de 19 de março de 1941, art.2.º, inciso IV. Disponível em: <www.senado.gov.br> Acesso em: 10 de dezembro de 2008.

⁵⁵ *Boletim do Ministério da Agricultura*, Um passeio pelo Jardim Botânico, Rio de Janeiro, agosto 1943: 81.

⁵⁶ *Boletim do Ministério da Agricultura*, O transplante de mudas de essências florestais, Rio de Janeiro, abril 1944: 124.

plo»⁵⁷, promovendo a multiplicação de «mudas de essências econômicas para formação de florestas de rendimento»⁵⁸.

Assim, do ponto de vista dos projetos econômicos a natureza brasileira também era um importante patrimônio público, mas no sentido de *recurso*, fonte potencial de riqueza material, tal qual uma cornucópia, exceto pelo fato de que suas dádivas não poderiam ser aproveitadas sem o esforço despendido no trabalho. Por isso mesmo era preciso encarar todos os problemas do país, entrar em contato com a «realidade», não apenas natural, mas também humana, atentar para o fato de que as riquezas do imenso território jamais renderiam dividendos em larga escala sem o resgate do elemento populacional, e que o Brasil «apresenta um dos três fatores da Produção, a Natureza, em condições de gritar pelo concurso dos outros dois: trabalho e capital»⁵⁹. Com a definição de áreas próprias para a preservação da natureza, circunscritas pelas fronteiras dos parques e das reservas, o restante do território nacional, desdobrado nos elementos naturais que o compunham, ficava disponível para a exploração econômica. Claro está que na letra da lei existiam dispositivos que visavam impor limites e critério às atividades produtivas, contudo, não podemos afirmar que a Seção de Proteção das Florestas, encarregada de fazer valer o Código Florestal em todo o país, constituía uma prioridade do governo, pois «não dispõe ainda [...] dos indispensáveis elementos, por isso que conta apenas com os delegados e guardas florestais gratuitos, designados por portaria do Ministro da Agricultura», que, no ano de 1944, somavam 300 homens⁶⁰. A fascinação pela idéia do progresso obscurecia as práticas de destruição da natureza, de tal modo que os sinais da presença exploratória, a transformação das paisagens pela ação humana mercantilizada, eram interpretados como melhoria: «o braço potente do homem rasga as terras, rompe florestas», ele «constrói obras gigantescas e os céus se cobrem de estrias sinuosas de fuli-

⁵⁷ *Boletim do Ministério da Agricultura*, Mobilização florestal, Rio de Janeiro, junho 1943: 114.

⁵⁸ *Boletim do Ministério da Agricultura*, Reflorestamento na Baixada Fluminense, Rio de Janeiro, dezembro 1944: 141. Note-se que nesse período já se tinha ciência dos malefícios da monocultura do eucalipto, que «favorece o desenvolvimento de grupos inteiros de pragas [...] é inteiramente estranho no seu caráter à nossa paisagem». Uma das alternativas propostas era o manejo racional das matas nativas, de modo a abolir o «lucro único e momentâneo», incentivando a «conservação do capital, isto é, da própria floresta [...] proporcionando lucro menor mas permanente». In: *Boletim do Ministério da Agricultura*, Exploração Racional das Florestas, Rio de Janeiro, fevereiro 1944: 97-98.

⁵⁹ *Revista do Serviço Público*, A antevéspera de um novo ciclo da economia nacional, Rio de Janeiro, fevereiro 1940: 56.

⁶⁰ *Boletim do Ministério da Agricultura*, A Seção de Proteção das Florestas, Rio de Janeiro, janeiro 1944: 109.

gem, serpentes aladas de fumo que saem das chaminés das fábricas que surgiram anunciando novas indústrias»⁶¹.

O papel do Estado como agente da modernização econômica, nesse período, não foi pequeno. Se as medidas eram anunciadas de forma grandiloqüente, e a propaganda talvez mais eficiente do que as realizações, não podemos deixar de assinalar que muitos dos projetos de incentivo às atividades produtivas iniciados durante a Era Vargas tiveram repercussão real, sendo, inclusive, retomados e incrementados, em uma escala maior, pelas administrações seguintes. Tomamos como exemplo o caso do álcool combustível. Já em 1931 os órgãos de pesquisa estudavam a «solução técnica e industrial do álcool-motor, determinando os graus de miscibilidade com a gasolina e verificação de consumo específico desse combustível»⁶². Ainda sobre esse assunto, Vargas dizia que «O emprego do nosso combustível líquido, a que se convencionou chamar *álcool motor*, apresenta, ainda, outras vantagens de caráter econômico [...] tais como a criação da indústria nacional de combustível», viabilizando a «exploração do álcool como sucedâneo da gasolina»⁶³. Ora, quase 80 anos após essas declarações, nos dias de hoje, o álcool combustível se transformou em elemento imprescindível da economia nacional, constituindo, inclusive, programa modelo, propagandeado no exterior pelo seu pioneirismo e por constituir uma alternativa viável ao consumo de combustíveis fósseis⁶⁴.

Sucesso semelhante teve o programa de incentivo às atividades siderúrgicas, desenvolvido ao longo da Era Vargas. O governo tomou a peito a questão do desenvolvimento industrial, focando seus esforços na constituição de uma indústria siderúrgica nacional forte, capaz de alavancar, com a produção de componentes básicos, como o aço, a instalação de outras atividades produtivas no país. Em 1939 foi instalada a Comissão Executiva do Plano Siderúrgico Nacional, seguida do Conselho Nacional de Minas e Metalurgia e, em 1942, foram criadas a Companhia Siderúrgica Nacional e a Companhia Vale

⁶¹ Martins De Freitas, 1942: 104.

⁶² Vargas, 1938, vol. I: 222.

⁶³ *Idem*, 1938, vol. II: 135-136.

⁶⁴ Apesar de sua aparente vantagem econômica e ecológica (menos poluente), o uso do álcool tem provocado controvérsias. Primeiramente porque beneficia enormemente um número restrito de usineiros, que controlam os preços do mercado; segundo, porque a expansão da monocultura da cana de açúcar ocupa áreas imensas, que poderiam ser utilizadas para o plantio de alimentos, cada vez mais caros; sem contar que, na maioria das vezes, derruba-se a vegetação nativa, principalmente o cerrado, para dar lugar a essas plantações. Assim, quando se leva em conta esses, e outros fatores, as vantagens ecológicas do álcool combustível são questionáveis.

do Rio Doce. Mas, para a organização desses empreendimentos era preciso investir, não apenas na exploração das minas, como também no fornecimento de combustível para o funcionamento das fábricas, razão pela qual a gestão das reservas florestais era tão importante, dado que do carvão vegetal viria grande parte da energia para alimentar os fornos. Diante desse mercado em expansão crescia o interesse em torno da «grande indústria madeireira», decidida a investir, preferencialmente, em plantações de «eucalipto, em vez da imbuia, do cedro e do pinheiro», em razão de sua «maior resistência [...] maior rapidez de crescimento e na possibilidade de aproveitar os mais diversos tipos de solo»⁶⁵.

Enfim, com o intuito de alavancar a economia nacional o Estado foi instrumentalizado de diversas maneiras, dando suporte aos empreendimentos de grande porte através da organização do setor produtivo como um todo; referimos-nos, aqui, não somente àquelas medidas diretas de apoio, a exemplo da isenção fiscal, mas também a todas as obras de infra-estrutura levadas adiante pelo poder público que viabilizavam, em última instância, a realização dos projetos econômicos, como o incremento do «sistema ferroviário, rodoviário e de navegação fluvial e marítima», de modo a otimizar a «circulação das riquezas»⁶⁶. Essas riquezas viriam da exploração da natureza, e para extrair dela todos os seus tesouros era legítimo empregar qualquer método, ainda mais que «O homem contemporâneo já pode lançar mão do concreto, da dinamite, da eletricidade, das máquinas a vapor e dos motores de explosão para lutar contra a Natureza. A única luta que enobrece o homem»⁶⁷. Podemos afirmar que a percepção economicista da natureza prevaleceu sobre o desejo dos cientistas e intelectuais de preservar os elementos naturais da destruição generalizada. O repúdio ao conflito aberto e às posições extremas, indicadoras de «lados opostos», impediu que essas discordâncias assumissem um tom mais aberto e polemizador, de modo que, mesmo quando certas propostas eram irreconciliáveis, procurava-se agir dentro do campo do convencimento, da conciliação intra elites, acomodando as distintas posições através de um acordo de cavalheiros⁶⁸.

⁶⁵ *Boletim do Ministério da Agricultura*, Reflorestamento de Santa Catarina, Rio de Janeiro, janeiro 1944: 109.

⁶⁶ Vargas, 1938, vol. I: 164.

⁶⁷ Valverde, 1942: 73.

⁶⁸ Segundo Henri Acselrad (2004: 28-29), «Tecnologias de formação de consenso são então formuladas de modo a caracterizar todo litígio como problema a ser eliminado. E todo conflito remanescente tenderá, conseqüentemente, a ser visto como resultante da carência de capacitação para o consenso e não da expressão de diferenças reais entre atores e projetos sociais, a serem trabalhadas no espaço público».

Assim, apesar dos segmentos favoráveis a uma ação firme em direção à proteção da natureza terem lutado incansavelmente no sentido de verem idéias implementadas, essa mobilização se deu dentro de um círculo restrito de iniciados, que se acreditava portador dos conhecimentos necessários e da capacidade intelectual para viabilizar os projetos de preservação. O homem simples não deixou de ser valorizado e chamado a participar, mas, para tanto, ele precisava ser guiado e educado pela vanguarda esclarecida, constituindo-se uma relação claramente assimétrica, na qual as opiniões e as experiências das camadas populares não eram tidas como prioritárias. A crença de que sob o império da razão todos os interesses poderiam ser pacificamente acomodados, de que os empreendimentos econômicos se curvavam à lógica dos argumentos científicos, revelava, também, uma aceitação tácita, por parte dos cientistas, de que os projetos industrializantes constituíam uma necessidade incontornável, precisando, apenas, instrumentalizar os saberes técnicos e científicos para que se operacionalizassem de forma positiva, sem destruir a natureza. A recusa em politizar a questão do uso da natureza, e dos modos de apropriação do território, levou à derrota dos projetos de preservação frente ao sucesso, proporcionalmente maior, das atividades produtivas, já que, nessa tentativa de ajuste civilizado de prioridades, que culminou na elaboração dos Códigos legais, se institucionalizou a cisão da natureza em duas partes desiguais, uma para preservar e outra para consumir. As áreas destinadas à conservação ficariam cercadas e isoladas, formando parques e reservas, e ocupando, obviamente, uma parte minúscula do território; enquanto as demais regiões poderiam ser livremente exploradas, dando vazão aos apetites econômicos. Os próprios representantes dos setores produtivos tinham interesse em ver essas áreas de proteção demarcadas rapidamente, de modo a poderem mapear as regiões não resguardadas e instalar ali seus negócios, assim é que o «1º Congresso brasileiro de Economia» recomenda «aos serviços florestais do país que promovam a demarcação das florestas denominadas protetoras, para efeito de utilidade permanente em suas próprias funções»⁶⁹. Com relação às demais limitações legais, que colocavam impedimentos e estabeleciam normas para as atividades econômicas (como a proteção das margens dos rios contra o desmatamento e a obrigação de reflorestar áreas degradadas), não é preciso dizer que elas pouco foram respeitadas, dado que o aparato de fiscalização era precário e os infratores, quando gozavam de poder econômico, raramente eram penalizados.

⁶⁹ *Boletim do Ministério da Agricultura*, Demarcação das florestas protetoras do país, Rio de Janeiro, dezembro 1943: 123.

Apesar do predomínio da visão mercantilizada do território, acreditamos que a valorização do meio natural, como recurso econômico ou como ambiente a ser protegido, foi tributária, dentre outros fatores, de uma perspectiva mais ampla de pensamento que tomou impulso naquele período: a de valorização da vida em todos os seus aspectos. O fortalecimento das ciências naturais, principalmente da biologia, ajudou a despertar interesse, e preocupação, com relação ao mundo natural, matéria viva, no qual o homem habitava. Para esses estudiosos era imprescindível preservar a extraordinária diversidade da natureza brasileira, compromisso que se impunha não apenas diante do valor intrínseco desses seres vivos, como também do ponto de vista dos interesses do homem, já que este dependia da existência dessas espécies para sobreviver e, mais do que isso, produzir riqueza. O desejo de conhecer e estudar a natureza compunha um quadro mais amplo, onde a intenção de proteger esse patrimônio não se contrapunha às demandas da economia, desde que estas fossem conduzidas dentro dos parâmetros da racionalidade técnica e científica⁷⁰. De modo semelhante, a preocupação em explorar os elementos naturais, retirando tudo que fosse possível para o incremento das atividades produtivas, não deixava de constituir, também, uma forma de preocupação com a vida, já que a economia, em última instância, lida com o gerenciamento de recursos que visam potencializar a existência material do homem.

Não é nossa intenção afirmar que os empreendimentos econômicos e os projetos de preservação da natureza, levados adiante pelos cientistas e intelectuais, se igualavam em seus objetivos e propósitos, pelo contrário; argumentamos que ambos possuíam uma perspectiva positiva da natureza como fonte de vida, positividade essa que foi interpretada de formas distintas, uma no sentido de preservar essa multiplicidade vital, outra direcionada para sua exploração como forma de potencializar o desenvolvimento econômico do país. A idéia de que ocorreu uma inflexão, nas primeiras décadas do século XX, na forma de se perceber a natureza, de modo que ela passou a ser valorizada, principalmente, como fonte de vida, pode suscitar um estranhamento no leitor contemporâneo, já que a noção de natureza como positivida-

⁷⁰ Segundo Regina Horta Duarte (vol. 1, 2008: 317-346), nesse período, «Um dos grandes ideais acariciados referia-se ao avanço das ciências dedicadas ao conhecimento da população, do território, de sua fauna e sua vegetação. A biologia se apresentou como um conhecimento fundamental para o verdadeiro redescobrimto do Brasil. Esta ciência possibilitaria um caminho original rumo a um futuro próspero, baseado na exploração racional e equilibrada dos recursos naturais [...] os biólogos passaram a ser importantes interlocutores nos debates sobre a nação, o território e a população; assim como artífices de novos projetos para a sociedade, em um instigante contexto, apontado por alguns estudiosos, como a «era da biologia»» (tradução nossa).

de vital se afigura como obvia nos dias atuais. Contudo, é importante ressaltar que essa perspectiva foi construída historicamente e que nem sempre a idéia de natureza veio atrelada à noção de vida no sentido de ciclo e processo biológico, materialidade que interligava todos os seres e que precisava ser gerida e cuidada a partir de uma visão abrangente dos fenômenos físicos, sustentado, assim, não apenas a sobrevivência das espécies (incluindo o homem), como também o incremento das atividades econômicas⁷¹.

Imprescindível frisar que essa valorização do território, desdobrado nos inúmeros elementos naturais, estava intimamente relacionada com a tentativa de resgate do homem, alvo maior das políticas públicas levadas a cabo nesse período. A natureza era, certamente, peça fundamental dentro dos projetos de nação que então se fortaleciam, mas o ser humano constituía o fim último de todos os empreendimentos, pois, dentro da nova ordem mundial que se consolidava, organizada em torno de um capitalismo extremamente competitivo, baseado na produção industrial em larga escala, nada poderia ser conquistado sem a existência de uma população preparada para enfrentar essa nova realidade, como mão-de-obra, mercado consumidor e capital intelectual. Cuidar desse conjunto populacional (ao menos dos trabalhadores que estavam engajados na produção industrial, aglomerados no meio urbano), garantindo sua saúde, era a certeza da manutenção e do incremento das atividades produtivas, condição de competitividade da nação no cenário econômico internacional. O território-natureza, suporte para a vida e promessa de riquezas, precisava ser saneado, preparado para abrigar a população, afinal, não se «pode negar a influência decisiva que a paisagem ou o meio físico exerce sobre o agente humano», pois «nosso habitat é a superfície terrestre, a ela portanto estamos ligados inexoravelmente, dela sofremos as influências, dela extraímos os recursos necessários à nossa existência»⁷².

⁷¹ Claro que o mundo natural sempre indicou a possibilidade de sobrevivência das sociedades humanas, mas isso não significa que a natureza foi considerada, em todos os momentos históricos, como um emaranhado constituído por fenômenos físicos, e organismos interdependentes, que possibilitavam a própria vida em sua materialidade. Ao longo do século XVII, era comum atribuir-se positividade apenas à natureza cultivada e aos elementos naturais que obedecessem aos padrões de utilidade da época; muitos consideravam as florestas como lugares perigosos, improdutivos, sombrios e desordenados, obstáculos a serem derrubados (Thomas, 1988: 39). Assim, a noção de que a natureza seria um todo orgânico, regido por múltiplos processos físicos, aonde cada ser teria importância para a criação, a manutenção e o incremento da vida (com conseqüências para as atividades produtivas), conquistou espaço, no mundo ocidental, a partir de meados do século XVIII. No caso do Brasil, essa percepção ganhou fôlego em fins do século XIX, alcançando o espaço institucional principalmente após 1930.

⁷² De Oliveira, 1944: 26-29.

Esses novos desafios exigiam que o Estado fosse remodelado, recriado em outras bases, dado que, dali em diante, ele deveria agir considerando a «inescapabilidade» das leis da natureza e da vida, dotadas de uma ordem independente da vontade humana. Assim, as decisões governamentais deixaram de ser encaradas como escolhas e passaram a ser rotuladas como necessidade, soluções técnicas e não políticas, informadas por especialistas que instrumentalizavam a ciência como parâmetro da ação política. Se os imperativos da chamada realidade, regidos pelas leis da vida, eliminavam outros possíveis, então toda discordância e conflito seriam ilegítimos (porque irracionais e ilógicos), e a única divergência tolerada era aquela que girava em torno das teorias e dos métodos científicos a dotar, ou da escolha da técnica mais eficaz. Dentro dessa perspectiva o Estado era apresentado como uma entidade desinteressada, simples adaptação humana aos princípios maiores da vida: «Será preciso, então, interpretar dinamicamente, realisticamente, os fatos - que são dados da vida. A realidade há de sempre condicionar os meios de organização estatal»⁷³.

FONTES E ARQUIVOS

Bibliotecas da Universidade Federal de Minas Gerais - UFMG:

- *Boletim do Ministério da Agricultura*, Rio de Janeiro.
- *Ceres: Revista bi-mensal de divulgação de ensinamentos teóricos e práticos sobre agricultura, veterinária e indústrias rurais*, Viçosa, Minas Gerais.
- *Ciência Política*, Rio de Janeiro.
- *Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil*, Promulgada em 16 de Julho de 1934, São Paulo, Livraria Acadêmica, 1935.
- *Constituição dos Estados Unidos do Brasil. 1937*, Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1938.
- *Cultura Política*, Rio de Janeiro.
- Duarte, Nestor, *A ordem privada e a organização política nacional*, Série 5º, Brasileira, vol. 172, Biblioteca Pedagógica Brasileira, Rio de Janeiro, Companhia Editora Nacional, 1939.
- *Revista do Serviço Público*, Rio de Janeiro.
- *Revista Nacional de Educação*, Rio de Janeiro.

⁷³ De Figueiredo, 1941: 131.

- Seiva: *Do Centro dos Estudantes da Escola Superior de Agricultura*, Viçosa, Minas Gerais.
- Silva, Alvimar, *A Filosofia do Estado Novo*, Rio de Janeiro, Sips, 1939.
- Torres, Alberto, *O problema nacional brasileiro - introdução a um programa de organização nacional*, São Paulo, Companhia Editora Nacional, série Brasileira, vol. 16, 1978 (1ª edição: 1914).
- Vargas, Getúlio, *A Nova Política do Brasil: A realidade Nacional em 1933, retrospecto das realizações do Governo, em 1934, Vol. III*. Rio de Janeiro, José Olympio, 1938.
- Vargas, Getúlio, *A Nova Política do Brasil: Da Aliança Liberal às realizações do primeiro ano de Governo - 1930-1931, Vol. I*, Rio de Janeiro, José Olympio, 1938.
- Vargas, Getúlio, *A Nova Política do Brasil: O ano de 1932, a Revolução e o Norte 1933, Vol. II*. Rio de Janeiro, José Olympio, 1938.
- Vargas, Getúlio, *A Nova Política do Brasil: 20 de outubro de 1939 a 29 de junho de 1940, Vol. VII*. Rio de Janeiro, José Olympio, 1938.

Biblioteca Nacional:

- Careta*, Rio de Janeiro (acervo on-line: <www.bn.br>).
- Ciência Política*, Rio de Janeiro.
- Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro.

Hemeroteca Pública de Belo Horizonte:

- Cultura Política*, Rio de Janeiro.
- Eu Sei Tudo*, Rio de Janeiro.
- Fon Fon*, Rio de Janeiro.
- Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro.

Outros:

- Convenção para a Proteção da Flora, da Fauna e das Belezas Cênicas Naturais dos Países da América*, Washington, 12/10/1940 (Disponível em: <www.senado.gov.br>; anexo: <www.cemda.org.mx>).
- Demais dispositivos legais citados: Disponíveis em: <www.senado.gov.br>.

- Mouralis, Louis, *Un séjour aux États-Unis du Brésil — Impressions et réflexions*, Paris, Les Presses Universitaires de France, 1934 (acervo: Biblioteca Pública Estadual de Minas Gerais).
- Relatório do Ministério da Agricultura*, Rio de Janeiro (Disponível em: <www.crl.edu>).

BIBLIOGRAFIA

- Acselrad, Henri, «As práticas espaciais e o campo dos conflitos ambientais», Henri Acselrad (org.), *Conflitos Ambientais no Brasil*, Rio de Janeiro, Relume Dumará, 2004: 13- 35.
- Bendicho Beired, José Luis, *Sob o signo da Nova Ordem - Intelectuais autoritários no Brasil e na Argentina*, São Paulo, Edições Loyola, 1999.
- Bignotto, Newton, «O que pode a *Fortuna*», Berenice Cavalcante, Heloisa Starling, José Eisenberg (orgs.), *Decantando a República: inventário histórico e político da canção moderna brasileira*, Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 2004, vol. 1: 125-136.
- Chaui, Marilena, *Brasil - mito fundador e sociedade autoritária*, São Paulo, Editora Fundação Perseu Abramo, 2001.
- Codato, Adriano Nervo e Guandalini, Walter, «Os autores e suas idéias: um estudo sobre a elite intelectual e o discurso político do Estado Novo», *Estudos Históricos*, n. 32 (Rio de Janeiro, 2003): 145-164.
- Cronon, William (org.), *Uncommon Ground - rethinking the human place in nature*, New York, W. W. Norton & Company, 1996.
- De Andrade Franco, José Luiz e Drummond, José Augusto, «Alberto José Sampaio: Um botânico brasileiro e o seu programa de proteção à natureza», *Varia Historia*, n. 33 (Belo Horizonte, janeiro de 2005): 129-159.
- De Decca, Edgar, *1930 - O Silêncio dos Vencidos*, São Paulo, Editora brasiliense, 1988.
- De Figueiredo, Paulo Augusto, «Fins humanos e políticos do Estado Brasileiro», *Cultura Política*, I/6 (Rio de Janeiro, 1941): 121-135.
- De Freitas, Mario M., «A mística e as realizações do Estado nacional», *Cultura Política*, II/19 (Rio de Janeiro, 1942): 104-105.
- De Freitas Dutra, Eliana, *O Ardil Totalitário: imaginário político no Brasil dos anos 30*, Rio de Janeiro, Editora UFRJ, 1997.
- De Oliveira, Beneval, «O homem e a paisagem brasileira», *Cultura Política*, IV/45 (Rio de Janeiro, 1944): 25-30.

- Diniz, Eli, «Engenharia institucional e políticas públicas: dos conselhos técnicos às câmaras setoriais», Dulce Pandolfi (org.), *Repensando o Estado Novo*, Rio de Janeiro, FGV, 1999: 21-38.
- Drummond, José Augusto, *Devastação e preservação ambiental - Os parques nacionais do Estado do Rio de Janeiro*, Niterói, EDUF, 1997.
- Esteva, Gustavo, «Desenvolvimento», Wolfgang Sachs (org.), *Dicionário do Desenvolvimento: guia para o conhecimento como poder*, Petrópolis, Vozes, 2000: 59-116.
- Foucault, Michel, *A Ordem do Discurso*, São Paulo, Edições Loyola, 1996.
- Foucault, Michel, *Sécurité, territoire, population*, Cours au Collège de France, 1977-1978, Paris, Gallimard/Seuil, 2004.
- Gellner, Ernest, *Nações e Nacionalismo*, Lisboa, Editora Gradiva, 1993.
- Guattari, Félix, *As Três Ecologias*, Campinas, Papirus, 1990.
- Hobsbawm, Eric, *Nações e Nacionalismos desde 1780*, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1990.
- Horta Duarte, Regina, «Em todos os lares, o conforto moral da ciência e da arte: A Revista Nacional de Educação e a divulgação científica no Brasil (1932-1934)», *História, Ciências, Saúde-Manguinhos*, 11 / 1 (Rio de Janeiro, 2004): 33-56.
- Horta Duarte, Regina, *História & Natureza*, Belo Horizonte, Autêntica, 2005.
- Horta Duarte, Regina, «Pássaros e cientistas no Brasil: em busca de proteção (1896-1838)», *Latin American Research Review*, 41 / 1 (Austin, 2006): 03-26.
- Horta Duarte, Regina e Carvalho Ostos, Natascha Stefania, «Entre Ipês e Eucaliptos», *Nômadias*, n. 22 (Bogotá, abril 2005): 74-85.
- Leff, Enrique, «Vetas e Vertientes de la Historia Ambiental Latinoamericana: una nota metodológica y epistemológica», *Varia História*, Belo Horizonte, n. 33 (Janeiro 2005): 17-31.
- Lippi Oliveira, Lúcia, De Castro Gomes, Ângela e Pimenta Velloso, Mônica, *Estado Novo: ideologia e poder*, Rio de Janeiro, Zahar, 1982.
- Marotta Capanema, Carolina, *A natureza no projeto de construção de um Brasil moderno e a obra de Alberto José de Sampaio*, Dissertação de Mestrado, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, UFMG, Belo Horizonte, 2006.
- Martínez-Alier, Joan, «Justiça ambiental (local e global)», Clóvis Cavalcanti (org.), *Meio ambiente, desenvolvimento sustentável e políticas públicas*, São Paulo, Cortez, 1999: 215-230.

- Medeiros, Jarbas, *Ideologia Autoritária no Brasil: 1930-1945*, Rio de Janeiro, Editora da FGV, 1978.
- Miceli, Sérgio, *Intelectuais e classe dirigente no Brasil (1920-1945)*, São Paulo/Rio de Janeiro, DIFEL, 1979.
- Murilo de Carvalho, José, «O motivo edênico no imaginário social brasileiro», *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, 13 / 38 (São Paulo, 1998), <www.scielo.br>.
- Padua, José Augusto, «Natureza e projeto nacional: as origens da ecologia política no Brasil», José Augusto Pádua (org.), *Ecologia e política no Brasil*, Rio de Janeiro, Espaço e Tempo, 1987.
- Padua, José Augusto, «Os dois momentos fundadores da política ambiental moderna: oportunidades, dilemas e lições para o presente», *Anais do Encontro da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Ciências Sociais*, Caxambu, ANPOCS, 1996.
- Sachs, Wolfgang, «Meio Ambiente», Wolfgang Sachs (org.), *Dicionário do Desenvolvimento: guia para o conhecimento como poder*, Petrópolis, Vozes, 2000: 117-131.
- Schama, Simon, *Paisagem e Memória*, São Paulo, Companhia das Letras, 1996.
- Schwartzman, Simon, Bousquet Bomeny, Helena Maria e Ribeiro Costa, Vanda Maria, *Tempos de Capanema*, São Paulo, EDUSP, Paz e Terra, 1984.
- Thomas, Keith, *O homem e o mundo natural - Mudanças de atitude em relação às plantas e aos animais*, São Paulo, Companhia das Letras, 1988.
- Valverde, Orlando, «Tocantins-Araguaia, eixo do Brasil», *Cultura Política*, II/13 (Rio de Janeiro, 1942): 68-73.
- Viveiros De Castro, Eduardo, «Images of nature and society in amazonian ethnology», *Annual Review of Anthropology*, 25 (october 1996): 179-200.
- Williams, Raymond, *O campo e a cidade; na história e na literatura*, São Paulo, Companhia das Letras, 1989.

Fecha de recepción: 11 de octubre de 2010

Fecha de aceptación: 12 de abril de 2011

Brazil and its possible natures (1930-1945)

The purpose of this article is to examine the speeches made by civil society organizations and the State on the Brazilian territory, throughout the so-called Vargas Age (1930-1945). Said speeches, published in several journals of that time, believed that the natural world, split into its various parts, was the greatest expression of a country full of wealth that, if administered rationally, would be able to develop the country's production strength. The great dilemma that permeated the discussions on the subject was: how to ensure the protection of nature, a priceless heritage, and at the same time promote economic development, which depended, according to prevailing opinion, on the widespread exploitation of natural resources.

KEY WORDS: *territory; nature; economy; heritage; Vargas Age.*
